

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
2025 DO CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO.  
BIÊNIO 2025 – 2026.**

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no Salão do Banquete no Palácio da Liberdade, localizado à Praça da Liberdade, s/nº, Belo Horizonte/MG, reuniu-se o Conselho Estadual de Turismo – CET, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Pelo Poder público, estiveram presentes Camila Favaro, Cristina Elizabeth dos Santos, Nina Abreu Carvalho, Daniel Anilton Duarte Marques, Juliana Ferraz de Magalhães Medeiros, Deputado Mauro Tramonte, Deputado Cristiano Silveira, Josiane Miriam de Souza, Patrícia de Cássia Gomes Moreira e Petterson Meneses Tonini. Pela sociedade civil estiveram presentes Alexandre Carlos Xavier Brandão, José Eugênio Aguiar, Rodrigo Chaves Cançado, Robson José dos Reis Abreu, Daiany Soares Sarmento, Victor Corrêa Dezenkawas, Idmara Galo, Shirey Novaes Bacelar, Paulo Roberto da Silva, Wilson Avelino de Souza, Marcos Valério Carlos da Rocha, Marília Saraiva Pereira, Antônio Alberto de Carvalho Junior, Marcelo de Souza e Silva, Leonardo Miranda Braga, Pedro Henrique Neves de Carvalho, Valéria Clara de Oliveira Carmo, Petrônio Alves de Souza, Mauro Guimarães Werkema, Alexandre Magno de Moura, Milena Teixeira Soares, Filipe Laercio de Andrade Figueiredo, Amarildo Pereira de Souza, Nadia Giannini e Marco André Oliveira Martins Malaquias. Constatada a existência de quórum, a reunião teve início às 14h30min (Quatorze horas e trinta minutos). O presidente do Conselho Estadual de Turismo e Secretário de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, pediu desculpas pelo atraso e agradeceu a todos pela presença. Em seguida, propôs iniciar a reunião com os focos gerais e, depois, seguir com as pautas previamente definidas, destacando a importância do momento que o Estado de Minas Gerais estava vivenciando, em razão do título de Patrimônio Mundial Natural concedido pela Unesco ao Vale do Peruaçu. Enfatizou a relevância desse título, pois, até então, os títulos de patrimônio recebidos pelo estado estavam concentrados no ciclo do ouro. Com o reconhecimento do Vale do Peruaçu, ocorre o reconhecimento da região Norte, o que servirá como incentivo para que outras regiões também alcancem esse reconhecimento. Lamentou, no entanto, que o Vale do Peruaçu não tenha sido igualmente contemplado como patrimônio cultural, apesar das inúmeras reuniões realizadas com o Iphan com o apoio da Cultura. Em seguida, expôs que as próximas ações do estado na região envolverão uma Press Trip e destacou que o Governo de Minas Gerais realocou 150 milhões de reais para a estruturação de três unidades de conservação. A primeira delas é o Parque



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

36 Nacional, seguido por uma unidade de conservação estadual que amplia a área do

37 parque, abrigando seis lagoas naturais, pinturas rupestres e uma mata preservada, marcada  
38 pela transição de diferentes biomas brasileiros. Foi destacada também a ampliação do acesso  
39 à região, com a inclusão de oito voos diários para o aeroporto de Montes Claros, além de  
40 voos para o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Com  
41 esses investimentos, espera-se um crescimento significativo da região, que está sendo  
42 preparada para receber turistas. A revitalização da área envolve o engajamento das  
43 comunidades locais, incluindo moradores e produtores rurais, que começam a receber  
44 turistas em suas casas. O presidente mencionou, ainda, o esforço do Estado para melhorar  
45 a infraestrutura de hotelaria na região, com base no que foi realizado na região da Canastra,  
46 no Sul de Minas, e na região central, com empreendimentos como o Vila Galé e Hilton. Ele  
47 destacou que, atualmente, Minas Gerais conta com grandes resorts, como o do Parque  
48 Nacional da Canastra, que está recebendo um investimento de 1,2 bilhões de reais. O  
49 presidente enfatizou que as obras estão em andamento e que a região da Canastra se tornará  
50 um grande polo turístico, com cinco empreendimentos previstos, incluindo hotelaria,  
51 condomínios e espaços para eventos. Na sequência, o presidente destacou o crescimento  
52 expressivo do movimento turístico em Minas Gerais durante o inverno (julho), ressaltando a  
53 elevada taxa de ocupação na hotelaria e nos meios alternativos de hospedagem, como o  
54 Airbnb, que chegaram a registrar índices próximos a 80%. Em seguida, solicitou que os  
55 conselheiros presentes refletissem sobre alternativas para dinamizar também as temporadas  
56 em que a hotelaria do Estado apresenta baixa ocupação. Para subsidiar a análise, requisitou  
57 ao conselheiro Peterson a apresentação de um mapa com a oscilação da hotelaria e do fluxo  
58 turístico em Minas Gerais, a fim de identificar as lacunas ainda existentes. O Presidente  
59 assinalou, como um dos principais desafios, o mês de janeiro, período em que ainda não se  
60 conseguiu consolidar projetos ou ações capazes de reter os turistas no Estado, dado o forte  
61 deslocamento das pessoas para destinos litorâneos. Recordou que, em 2023, propôs o  
62 projeto "Verão na Cachu", mas a iniciativa foi considerada inviável pelo Corpo de Bombeiros,  
63 devido ao risco decorrente das condições climáticas, notadamente as trombas d'água, que  
64 tornam imprevisível e inseguro o planejamento de atividades nesse período. Diante disso,  
65 ressaltou que janeiro continua sendo um momento difícil para o turismo em Minas Gerais,  
66 convidando os conselheiros a apresentarem sugestões de alternativas viáveis para o verão,  
67 reconhecendo que esta ainda não é uma época favorável à atividade turística em Minas  
68 Gerais. Por fim, enfatizou os êxitos alcançados em outras épocas e iniciativas, como o  
69 inverno, os eventos diversos realizados ao longo do ano e o Minas Santa, em abril, que foi  
70 um sucesso. Citou também O Minas Junina que embora Minas Gerais não possua festas  
71 juninas em dimensão comparável às do Nordeste, o Estado conta com diversos eventos no  
72 período, além de já receber visitantes atraídos pela temporada de inverno. Destacou, ainda,



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

73 que os meses de outubro, novembro e dezembro também passaram a ser marcados  
74 por eventos relevantes, o que contribuiu para o fortalecimento da atividade turística. Apesar  
75 disso, o Presidente reiterou sua preocupação com o mês de janeiro, que, embora registre  
76 certo crescimento no turismo em Minas Gerais, continua representando um desafio para o  
77 planejamento de ações que estimulem a permanência dos turistas no Estado. Após essas  
78 colocações, o Presidente passou à primeira pauta prevista para a reunião, referente à  
79 aprovação da ata da 1ª reunião ordinária, ocorrida no dia 10 de fevereiro de 2025. Indagou  
80 se havia alguma sugestão de alteração no documento e, diante do silêncio dos presentes,  
81 declarou aprovada por unanimidade a referida ata. Na sequência, o Presidente convidou os  
82 conselheiros para a celebração do Dia de Minas Gerais, a qual seria realizada no Palácio da  
83 Liberdade em Belo Horizonte e na cidade de Mariana, no dia 16 de julho de 2025 (quarta-  
84 feira). Informou, ainda, as demais pautas a serem discutidas na reunião: a criação da Câmara  
85 Temática de Turismo de Base Comunitária; destacando a importância de sua formalização  
86 durante a reunião. Na pauta seguinte, registrou-se a necessidade de alteração do Estatuto  
87 do CET, com observação específica sobre o art. 20 e o Decreto Estadual nº 48.797, de 10 de  
88 abril de 2024; Avaliação sobre o pedido de inclusão na composição do Conselho Estadual de  
89 Turismo de Minas Gerais da Associação Mineira de Municípios - AMM, da Frente da  
90 Gastronomia Mineira - FGM e da Frente da Moda Mineira - FMM e SINDILOC e por fim a  
91 última pauta que consiste na avaliação e assinatura da Moção nº01/2025 sobre a  
92 transformação da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. Antes de passar para  
93 a pauta seguinte, o Secretário abriu a palavra aos demais conselheiros presentes para as  
94 manifestações. O representante da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais -  
95 FECITUR, Marco André Malaquias, fez uso da palavra para manifestar preocupação quanto  
96 à necessidade de criação de um Fundo Estadual de Turismo, considerando que o atual  
97 modelo de estímulo financeiro ao setor, por meio do critério do ICMS Turismo estabelecido  
98 na Lei nº 18.030, deixará de existir. Ressaltou que tal fundo seria essencial para garantir a  
99 continuidade do apoio às IGR's e aos municípios, fortalecendo a regionalização e  
100 assegurando a implementação das políticas públicas alinhadas ao Plano Nacional e ao Plano  
101 Estadual de Turismo. Enfatizou, ainda, a importância de tratar o tema com celeridade,  
102 aproveitando a presença do legislativo estadual e a necessidade de estudos técnicos para  
103 definição de fontes de receita e mecanismos de repasse. Em resposta, o Secretário de Estado  
104 de Cultura e Turismo, Sr. Leônidas Oliveira, esclareceu que o Fundo Estadual de Turismo já  
105 foi instituído pela legislação em 1999, mas que não chegou a ser efetivamente  
106 operacionalizado devido à ausência de definição de fontes de receita. Informou que, no início  
107 de sua gestão, optou por fortalecer o ICMS Turismo como mecanismo de fomento, em razão  
108 da complexidade financeira enfrentada pelo Estado, agravada pelo elevado déficit  
109 orçamentário. Ressaltou que, embora o fundo exista em lei e conte com dispositivos que



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

110 preveem suas fontes, sua implementação plena ainda não ocorreu. Acrescentou que

111 poderia encaminhar aos conselheiros a legislação correspondente para conhecimento,  
112 mencionando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) como potencial  
113 parceiro, mas reiterou que, no cenário atual, a criação de novos fundos encontra barreiras  
114 significativas no âmbito do Governo de Minas. De forma complementar, destacou que o ICMS  
115 Turismo deve ser considerado em conjunto com o ICMS Patrimônio Cultural e a Lei de  
116 Incentivo à Cultura, formando três mecanismos importantes de fomento. Informou que, devido  
117 ao sucesso do programa *Descentra*, os recursos da lei se esgotaram em maio, o que motivará  
118 ajustes na legislação, especialmente na janela de aprovação de projetos, de modo a garantir  
119 equilíbrio entre captação e disponibilidade de recursos. Ressaltou que será proposto um  
120 preâmbulo legal que estabeleça gatilhos regulatórios para assegurar, em eventual transição,  
121 a continuidade dos repasses vinculados ao turismo e à cultura no Estado. O Deputado  
122 Estadual Mauro Tramonte fez uso da palavra destacando a existência do Projeto de Lei nº  
123 2.178/2020, de sua autoria, que propõe a transferência da administração dos recursos do  
124 Fundo de Turismo do BDMG para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT).  
125 Informou que o projeto já tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e  
126 aguarda os trâmites legais para avançar. Recordou, ainda, que na época da audiência pública  
127 sobre o tema havia cerca de R\$ 700 mil parados no fundo. Na sequência, o conselheiro Marco  
128 André ponderou que o referido projeto, de fato, altera a composição original do fundo, o qual  
129 foi inicialmente direcionado à iniciativa privada, não contemplando de forma direta o poder  
130 público nem a regionalização do turismo. Ressaltou, entretanto, que, caso seja possível  
131 promover ajustes no fundo existente ao invés de criar um novo, representará um caminho  
132 mais rápido e eficiente, especialmente diante da proximidade da transição do modelo do  
133 ICMS Turismo. O Deputado Mauro Tramonte confirmou a colocação, reforçando que o projeto  
134 busca exatamente esta alteração. Em seguida, a palavra foi concedida à conselheira Shirley,  
135 representante do Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais (SINGTUR), que relatou  
136 dificuldades no receptivo turístico em função do fechamento das grutas às segundas-feiras e  
137 da Matriz de Santo Antônio, em Tiradentes, que também deixou de abrir no mesmo dia, por  
138 decisão do pároco local. Ressaltou que tais medidas impactam diretamente o trabalho dos  
139 guias de turismo, visto que, tradicionalmente, o receptivo de segunda-feira incluía esses  
140 atrativos em roteiros que contemplavam ainda Tiradentes e São João del-Rei. Solicitou apoio  
141 da Secretaria e do Conselho para buscar soluções. Na sequência, a conselheira  
142 representante do município de Varginha e integrante da Cadeira de Fomento, apresentou  
143 preocupação com os altos preços das passagens aéreas no aeroporto local, citando valores  
144 superiores a R\$ 4.413,00 para destinos como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.  
145 Explicou que, segundo informações recebidas, o custo elevado decorre do tamanho da  
146 aeronave e da aplicação do IOF, solicitando que o Secretário e o Conselho articulem junto ao



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

147 Ministério do Turismo alternativas que possibilitem a redução dessas tarifas. Sugeriu  
148 ainda avaliar a integração das operações do Aeroporto de Varginha ao Aeroporto da  
149 Pampulha. Em seguida, o conselheiro Antônio Diniz, representante da Associação dos  
150 Criadores e Estilistas de Minas Gerais fez uso da palavra destacando a preocupação do setor  
151 criativo com os efeitos da reforma tributária sobre as leis de incentivo à cultura e ao turismo,  
152 tanto em âmbito estadual quanto municipal. Informou que, em recente encontro promovido  
153 pelo Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e APLs da Região Metropolitana de Belo Horizonte,  
154 especialistas convidados não souberam esclarecer os impactos concretos da reforma sobre  
155 os mecanismos de incentivo. Questionou, assim, se já existe alguma devolutiva oficial a  
156 respeito ou se há possibilidade de tais leis serem extintas. O Secretário Leônidas Oliveira  
157 respondeu inicialmente ao conselheiro Antônio Diniz, esclarecendo que a Secretaria já está  
158 elaborando, junto ao Governo de Minas, um projeto de lei de compensação para garantir a  
159 continuidade dos mecanismos de incentivo (ICMS Cultural, ICMS Turismo e Lei de Incentivo  
160 à Cultura) frente à reforma tributária. Informou que a proposta, conduzida pela adjunta  
161 Josiane, já foi discutida no âmbito do Governo, com a Vice-Governadoria, a SEPLAG e a  
162 Advocacia-Geral do Estado. Destacou que a iniciativa prevê um "gatilho legal" de  
163 compensação para assegurar tranquilidade ao setor durante o período de transição, devendo  
164 ser encaminhada à Assembleia Legislativa ainda em sua gestão. Com relação ao pleito da  
165 conselheira Shirley, pontuou que as grutas são atrativos concedidos à iniciativa privada e a  
166 Matriz de Santo Antônio, em Tiradentes, está sob gestão da Igreja, o que limita a intervenção  
167 do Estado. Explicou que os fechamentos às segundas-feiras estão ligados à necessidade de  
168 manutenção e à folga do clero, o que torna a situação complexa. Ressaltou, no entanto, que  
169 a Secretaria poderá oficializar formalmente as entidades responsáveis, ainda que considere mais  
170 viável negociar soluções diretamente com a iniciativa privada, em função do interesse  
171 econômico desses empreendimentos. Em resposta à conselheira representante do município  
172 de Varginha, observou que não há possibilidade de reativar o Aeroporto da Pampulha, em  
173 razão de impedimentos estruturais e da decisão da concessionária. Explicou que a política  
174 estadual está centrada no fortalecimento do hub aéreo de Minas Gerais, o que tem permitido  
175 ampliar a malha de voos para o interior, incluindo Varginha. Reconheceu, contudo, que o  
176 problema do alto custo das passagens é estrutural, resultante da concentração do mercado  
177 em poucas companhias. Ressaltou que, embora o Governo já adote medidas de estímulo  
178 fiscal para ampliar a oferta de voos, a questão tarifária depende de maior regulação federal.  
179 Na sequência, a Subsecretária de Turismo de Minas Gerais, Patrícia Moreira, apresentou a  
180 nova equipe da secretaria executiva do Conselho Estadual do Turismo (CET), composta por,  
181 Eliane Fissicaro, Marília Machado e Milena dos Santos, destacando que Samira Lamaita não  
182 integra mais a Subsecretaria de Turismo. Ressaltou que a equipe recém-formada será  
183 responsável por atender os conselheiros nas demandas futuras. Aproveitando o momento, a



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

184 Subsecretária informou sobre as ações em andamento, reforçando a abertura das  
185 inscrições, até o dia 28 de setembro, para os cursos de Captação de Recursos para o Turismo  
186 e Captação de Recursos para o Turismo de Aventura. Comunicou ainda a realização da Expo  
187 Favela, nos dias 18 e 19 de julho, na sede do Sebrae Minas, com estande representativo de  
188 Minas Gerais, bem como a participação, na semana seguinte, da secretaria no Salão Náutico  
189 em Capitólio-MG. Acrescentou também que será realizado o Encontro de Gestores de  
190 Turismo entre os dias 18 a 20 de agosto, sendo a abertura no dia 18, na Sala Minas Gerais,  
191 e a programação dos dias 19 e 20 integrada à Feira Travel Next. Por fim, informou que a  
192 programação e os links de inscrição serão divulgados oportunamente no grupo do Conselho.  
193 Em resposta ao convite do secretário para pensar formas de fomentar o turismo no mês de  
194 janeiro em Minas Gerais, o senhor Rodrigo, vice-presidente da Associação Brasileira da  
195 Indústria de Hotéis (ABIH) e diretor do Hotel Intercity, propôs a construção de um projeto  
196 conjunto entre hotelaria, comércio e o Visite Belo Horizonte, com possibilidade de subsídio, a  
197 fim de atrair turistas do interior de Minas para conhecer a capital mineira. Ressaltou ainda a  
198 relevância de valorizar o acervo cultural e os museus de Belo Horizonte, bem como a música  
199 mineira, sugerindo a realização de apresentações artísticas aos finais de semana em locais  
200 estratégicos da cidade, como forma de dinamizar o fluxo turístico e cultural no período. Na  
201 sequência, a conselheira Valéria Clara de Oliveira Carmo pediu a palavra para tratar também  
202 do tema referente ao turismo no mês de janeiro. A conselheira destacou que é natural de São  
203 Lourenço, no sul de Minas, e ressaltou que, ao contrário da realidade de outras localidades,  
204 essa época do ano é considerada uma das melhores datas para o turismo em sua cidade,  
205 devido à grande quantidade de atividades culturais e esportivas promovidas no período.  
206 Observou que, enquanto muitos acreditam que o fluxo de turistas se concentra em destinos  
207 de praia, há também uma demanda significativa por cidades mais tranquilas, que oferecem  
208 sossego, ecoturismo, eventos culturais e esportivos. Nesse sentido, sugeriu que o Conselho  
209 trabalhe no incentivo a ações como viradas culturais e atividades esportivas, além de  
210 programações direcionadas a diferentes públicos — terceira idade, adolescentes e crianças  
211 —, como forma de atrair visitantes mesmo em períodos chuvosos, fortalecendo o turismo e  
212 reduzindo a evasão das cidades nesse período. Dando continuidade a reunião, o secretário  
213 Leônidas aproveitou para comentar sobre a lógica do Novo ICMS, que está sendo elaborado  
214 por Marília Palhares, secretária executiva do CET e diretora da Diretoria de Regionalização  
215 e Descentralização. Informou que, em momento oportuno, o funcionamento do novo ICMS  
216 será apresentado ao conselho, mas adiantou que, pela nova regra, os municípios com  
217 vocação turística e que realizarem maior investimento no setor receberão um repasse mais  
218 significativo. Destacou ainda que, em um primeiro momento, é necessário fortalecer os  
219 municípios que possuem vocação e maior visibilidade turística, para, em seguida, ampliar o  
220 fortalecimento aos demais. O secretário destacou ser inegável o amadurecimento do Estado



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

221 no que se refere ao turismo. Ressaltou que, nos últimos dois anos, foram criadas 123  
222 secretarias de turismo em Minas Gerais, desvinculando-se da antiga estrutura que reunia  
223 educação, cultura e turismo. Segundo ele, esse número demonstra a confiança dos prefeitos,  
224 a força do setor e a percepção de que os recursos estão chegando. Acrescentou que, embora  
225 ainda haja muito espaço para crescimento, está sendo construído um legado estruturado e  
226 de grande importância. Enfatizou que o novo ICMS contribuirá significativamente para a  
227 consolidação do turismo e que a transversalidade com a cultura não deve ser perdida. Na  
228 sequência, o secretário solicitou a Maria Elvira Salles Ferreira que conduzisse um minuto de  
229 silêncio em razão do falecimento de Sérgio Leite. Posteriormente, comunicou que precisaria  
230 se ausentar da reunião em razão de um compromisso às 16h30. Diante de sua ausência, foi  
231 registrado que o 2º vice-presidente, conselheiro Alexandre Magno, assumiu a presidência do  
232 Conselho. Antes de prosseguir com as pautas da reunião, a conselheira Patrícia Gomes  
233 informou que, em razão do atraso no início dos trabalhos, não haveria pausa para o café.  
234 Então solicitou ao conselheiro Petterson a apresentação dos números do Mapa do Turismo  
235 Brasileiro. O Petterson informou que o Mapa conta atualmente com 638 municípios e 48  
236 regiões turísticas integradas, funcionando como instrumento de planejamento e gestão do  
237 setor. Destacou que o Mapa reúne municípios que adotam o turismo como estratégia de  
238 desenvolvimento ou que são impactados diretamente pela atividade turística. Ressaltou que  
239 mais de 90% dos municípios regionalizados estão contemplados, o que representa um  
240 resultado expressivo e fortalece as políticas de regionalização do turismo. Acrescentou que  
241 Minas Gerais se mantém à frente da média nacional, com crescimento contínuo desde 2020,  
242 monitorado por meio de boletins elaborados pela Superintendência de Políticas do Turismo e  
243 Gastronomia e pelo Observatório Estadual do Turismo. Informou que o último boletim  
244 registrou aumento do fluxo turístico em abril, com taxa de ocupação hoteleira acima de 80%  
245 e elevação do valor médio da diária, que passou de aproximadamente R\$400 para quase  
246 R\$600, tanto na Região Metropolitana quanto no interior. Em continuidade, explicou sobre o  
247 projeto-piloto do ObservaLab, uma rede colaborativa de informações turísticas em parceria  
248 com municípios, que deverá futuramente integrar e fortalecer o Observatório Estadual.  
249 Informou que, após o piloto, será ampliada a participação para os municípios que possuam  
250 estrutura mínima para compor o sistema. Na sequência, o vice-presidente Alexandre deu  
251 andamento à pauta, passando para o terceiro ponto da pauta: a celebração do Dia de Minas  
252 Gerais. Para tratar do assunto, passou a palavra novamente a Patrícia, que reforçou que a  
253 celebração ocorrerá no dia 16 de julho, em Mariana e no Palácio da Liberdade, em horário a  
254 ser confirmado e posteriormente divulgado ao Conselho. Antes de tratar do próximo ponto da  
255 pauta, a conselheira convidou o superintendente de Marketing Turístico, Thiago Ferreira, para  
256 apresentar as ações do "Visite Minas Gerais" e do Portal Minas Gerais. O superintendente  
257 destacou que atualmente estão em andamento quatro campanhas: "Inverno em Minas".



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

258 "Agosto das Artes", "Minas Junina" (que já ultrapassou a meta de 350 municípios  
259 cadastrados) e "Caminhos do Rosário". Informou ainda que será lançada uma campanha  
260 voltada para rodeios e festas de peão, tradicionais no Estado. Apresentou a ação "Agenda  
261 Minas", divulgada semanalmente nas redes sociais, que reúne os principais eventos  
262 cadastrados no Portal Minas Gerais. Ressaltou que o cadastro dos eventos no Portal é  
263 fundamental para a divulgação, garantindo diversidade entre os municípios contemplados.  
264 Em seguida, o vice-presidente Alexandre, destacou o crescimento expressivo do turismo em  
265 Minas Gerais nos últimos anos, reconhecendo os avanços obtidos, mas também alertando  
266 para os desafios do setor empresarial em acompanhar o aumento da demanda. Foram feitos  
267 os devidos cumprimentos e parabenizações aos conselheiros presentes pelo trabalho  
268 realizado em suas respectivas instituições. Na sequência, passou-se ao quarto ponto da  
269 pauta: a criação da Câmara Temática de Turismo de Base Comunitária. A conselheira Patrícia  
270 Gomes explicou que a criação desta Câmara seria feita em conformidade com o artigo 17º  
271 do Regimento em vigor, o qual estabelece que as câmaras temáticas serão instituídas pelo  
272 plenário do CET e têm como objetivo oferecer suporte às ações enumeradas nos incisos II e  
273 III do artigo 4º. Compete a essas câmaras receber e emitir pareceres sobre demandas de  
274 entidades públicas e privadas, em âmbito municipal, regional e estadual; elaborar estudos e  
275 resoluções normativas relacionadas aos objetivos do CET; e manifestar-se sobre assuntos  
276 encaminhados pelo presidente e pelo plenário. Ressaltou, ainda, que a composição da  
277 Câmara deverá contar, no mínimo, com dois membros do Poder Público e quatro da iniciativa  
278 privada, sendo que o presidente e o vice-presidente do Conselho não participam das câmaras  
279 temáticas, reforçando-se, assim, a importância da participação dos demais conselheiros. Em  
280 seguida, Patrícia convidou a turismóloga Emanuelle, diretora da Diretoria de Produtos  
281 Turísticos (DPT) da Secult, para realizar a apresentação sobre o assunto. Emanuelle iniciou  
282 destacando que a pauta do turismo de base comunitária não é nova no âmbito da Secretaria  
283 de Estado, sendo discutida desde 2017. Ressaltou que, em 2021, houve um avanço  
284 importante com a criação da Lei de Turismo de Base Comunitária, que formalizou canais de  
285 incentivo à prática turística sob a perspectiva da sustentabilidade. Informou que, desde então,  
286 tem sido conduzido um grupo de trabalho responsável pela elaboração do decreto  
287 regulamentador da lei, com orientações práticas e instrutivas. Explicou que esse grupo de  
288 trabalho, embora ainda informal, já conta com a participação da Secretaria de Estado de  
289 Desenvolvimento Social (SEDESE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do  
290 Estado de Minas Gerais (EMATER), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), da  
291 Federação das Instâncias de Governança Regional (FECITUR), Instituto Estadual de  
292 Florestas (IEF), da Rede Mineira de Turismo de Base Comunitária, além de universidades  
293 como a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade  
294 Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo central é discutir mecanismos para o



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

295 desenvolvimento do segmento no Estado, alinhando-se a pautas como turismo rural,  
296 quilombola e em terras indígenas. Ressaltou que a proposta é organizar e estruturar  
297 comunidades para que possam receber turistas com qualidade e segurança, gerando  
298 emprego e renda. Emanuelle observou que um dos desafios enfrentados tem sido a falta de  
299 regularização documental de algumas entidades, o que motivou a busca de um espaço mais  
300 formal para institucionalizar as discussões, entendendo que o CET, por sua  
301 representatividade no turismo mineiro, seria o ambiente adequado. Acrescentou que a  
302 formalização da Câmara Temática permitirá maior respaldo às ações em andamento, como  
303 o mapeamento das atividades de turismo de base comunitária no Estado, em parceria com  
304 instituições de ensino e pesquisa, além de garantir um espaço oficial para acompanhamento  
305 e monitoramento da Lei de Turismo de Base Comunitária. Por fim, apresentou a proposta de  
306 composição da Câmara, sugerindo a permanência das entidades que já participam do grupo  
307 de trabalho — SEDESE, ALMG e FECITUR — e a indicação de mais três membros do  
308 Conselho, preferencialmente representantes da sociedade civil. Reforçou que, a partir da  
309 deliberação, caberá também manter aberto o convite a outras instituições interessadas em  
310 colaborar com a temática. Logo após retornou a fala para a Patrícia que indagou se havia  
311 alguém contra a criação da câmara e, diante do silêncio dos presentes, declarou aprovada  
312 por unanimidade a criação da Câmara Temática de Turismo de Base Comunitária. Na  
313 sequência, passou-se à definição dos integrantes da Câmara Temática de Turismo de Base  
314 Comunitária. Foi esclarecido que, conforme o Regimento, a Câmara deve ser composta por,  
315 no mínimo, dois membros do Poder Público e quatro membros da iniciativa privada.  
316 Ressaltou-se que, no momento, já se encontram representados três membros do Poder  
317 Público — SEDESE, EMATER e ALMG e uma entidade da iniciativa privada, a FECITUR.  
318 Observou-se que seria necessário indicar, portanto, no mínimo mais três representantes da  
319 iniciativa privada, reforçando-se a recomendação de que a Câmara não seja excessivamente  
320 numerosa, a fim de garantir maior produtividade. Também foi mencionado que a Câmara  
321 poderá convidar especialistas, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão vinculado  
322 ao Poder Público, que já participa das discussões sobre o tema. Diante disso, abriu-se espaço  
323 para manifestações e inscrições dos representantes da sociedade civil. Foram apresentadas  
324 como candidatas a integrar a Câmara Temática a Associação das Cidades Históricas de  
325 Minas Gerais, SESC Minas, Sindicato das Empresas de Turismo de Estado de Minas Gerais  
326 (SINDETUR) e Grupo Maranatha de Art' Global que foram aceitas como membros. Com as  
327 indicações realizadas, foi concluído que a composição mínima exigida pelo Regimento estava  
328 atendida, e, por unanimidade, o plenário deliberou pela criação da Câmara Temática de  
329 Turismo de Base Comunitária que ficou composta pelos seguintes membros do setor público:  
330 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), Secretaria de Estado de  
331 Desenvolvimento Social (SEDESE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural



## CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO DE MINAS GERAIS

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO  
DE MINAS GERAIS

332 (EMATER), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Secretaria de Estado  
333 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e os seguintes membro da  
334 iniciativa privada: Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (FECITUR),  
335 Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais (ACHMG), SESC MINAS, Sindicato das  
336 Empresas de Turismo de Estado de Minas Gerais (SINDETUR) e Grupo Maranhã de Art'  
337 Global e os seguintes convidados especialistas na temática: Universidade Federal de Minas  
338 Gerais (UFMG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Rede  
339 Mineira de Turismo de Base Comunitária (REDE) e Instituto Auguste de Saint-Hilaire (IASHI).  
340 No quinto ponto de pauta, tratou-se da alteração do Estatuto do Conselho Estadual de  
341 Turismo (CET), em observância ao artigo 20 do Decreto Estadual nº 48.797, de 10 de abril  
342 de 2024. A secretária executiva do CET, Marília Palhares, explicou que o regimento atual é  
343 regido por dois decretos (2010 e 2024), sendo necessária a adequação em razão das  
344 mudanças trazidas pelo novo decreto e pela exigência da AIR – Análise de Impacto  
345 regulatório, instituída recentemente. Essa análise demanda um rito mais extenso, o que  
346 inviabilizou a apresentação da minuta do novo decreto nesta reunião. Diante disso, Marília  
347 solicitou a dilação do prazo por mais 90 dias, a fim de possibilitar a elaboração de uma minuta  
348 adequada, juridicamente segura e já validada pela AIR. Ressaltou que as principais  
349 alterações envolvem: prazos de convocação das reuniões, atribuições da Secretaria  
350 Executiva e forma de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, que  
351 passaram a ser definidos por processo eleitoral e não mais por indicação em reunião. Após  
352 os devidos esclarecimentos, a proposta de prorrogação do prazo foi colocada em votação e  
353 aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Encerrada essa etapa, passou-se  
354 ao sexto ponto de pauta, que tratou da avaliação sobre o pedido de participação, na condição  
355 de convidados com direito a voz, mas sem direito a voto, apresentado pela Associação  
356 Mineira de Municípios (AMM), pela Frente de Gastronomia Mineira (FGM), pela Frente da  
357 Moda Mineira (FMM) e pelo SINDLOC. Após a apuração, registrou-se o resultado de 14 votos  
358 favoráveis e 6 contrários, deliberando-se, portanto, pela possibilidade de convite às referidas  
359 entidades. Na sequência, o 2º vice-presidente, Alexandre Magno, declarou encerrada a sua  
360 participação, passando a palavra à conselheira Patrícia Gomes, que informou sobre a  
361 alteração do horário da celebração do Dia de Minas Gerais para as 9h, no Palácio da  
362 Liberdade. Patrícia agradeceu a presença dos conselheiros, da secretária adjunta Josiane,  
363 do secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira, dos vice-presidentes  
364 Marcelo Souza e Silva e Alexandre Magno, da Secretaria Executiva do CET e de toda a  
365 equipe da Subsecretaria de Turismo, responsável pela organização da reunião. Por fim,  
366 convidou os presentes para a foto oficial e declarou encerrada a reunião do Conselho  
367 Estadual de Turismo. Eu, Milena Souza dos Santos, lavrei a presente ata, que será assinada  
368 por todos os conselheiros presentes.